

A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS ESTATAIS NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO AMAZÔNICA: AS CONTRADIÇÕES DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADOR PARAENSE

Autores: Bruna Almeida Nascimento e Vinícius Oliveira Silva *

Filiação institucional: UFPA - Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO: As políticas públicas e a intervenção estatal são importantes para a garantia do desenvolvimento regional, pois permitem a parcial regulação das dinâmicas produtivas, como mostram estudos de autores estruturalistas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. (FURTADO, 2009; MOLLO & AMADO, 2010; BIELSCHOWSKY, 2000; BRANDÃO, 2012). No caso da economia amazônica, mesmo com diferenciadas intervenções estatais, observa-se o efeito deletério, a partir da intensificação das desigualdades e da dependência na região, gerados pelo aprofundamento da dinâmica produtiva marcada pelo padrão primário-exportador, sobretudo após o ciclo neoliberal e das privatizações. Esta condição persiste principalmente devido à ausência de políticas estatais estruturantes na região, evidenciando a necessidade de analisar a atuação das políticas na região amazônica, para a fundamentação do efetivo desenvolvimento de sua população.

OBJETIVO E METODOLOGIA: O objetivo é avaliar a atuação das políticas estatais na garantia do desenvolvimento da Amazônia, considerando a influência do modelo primário-exportador sobre as relações produtivas, através da revisão bibliográfica, fundamentada nos autores estruturalistas já referidos e autores regionais, além da utilização de indicadores descritivos de diversas fontes (PNAD/IBGE; ComexStat/MD; IDH/PNUD).

DESENVOLVIMENTO: Observa-se uma forte relação das políticas estatais com a reprodução desse padrão ao estimularem a intensa exploração de recursos naturais, com a justificativa de expandir a economia. Destaca-se como exemplo a política fiscal de desoneração dos impostos sobre produtos primários destinados à exportação, visando maior competitividade no mercado internacional, que reproduz o modelo econômico organizado em torno do que Osório (2012) denomina de padrão de especialização primário exportador, também retrato por Gudynas (2016) como neoextrativismo, ou seja, centrado na intensa exportação de commodities sob o viés de promover o crescimento econômico, com elevados impactos ambientais e baixa melhoria na inclusão social, na geração de empregos e renda para as populações locais.

Trindade e Oliveira (2017) mostram que as condições de expansão econômica capitalista na Amazônia aprofundaram nas últimas décadas o caráter primário-exportador regional, enquanto contradições sociais e ambientais se tornam cada vez mais evidentes. Nesse contexto, as políticas estatais ampliam as contradições socioambientais ao fortalecer esse padrão na economia amazônica, intensificando a concentração fundiária, a exploração trabalhista e a degradação do meio ambiente. Isto é, discordam de suas funções fundamentais (alocação, distribuição e estabilização) e reforçam a condição de dependência e “subdesenvolvimento” da região no âmbito nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Portanto, ressalta-se a necessidade da reestruturação e adequação das políticas de desenvolvimento na Amazônia de acordo com as particularidades de sua economia, através do fortalecimento das estratégias públicas considerando a interações territoriais, sociais e ambientais, estabelecidas na dinâmica produtiva da região. A mudança na atuação do Estado sobre a Amazônia é um fator fundamental que apesar de ser identificado como uma necessidade da região, continua a ser colocado à margem da discussão do seu desenvolvimento e crescimento econômico por entes públicos e privados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: CRUZ, A. G.; TRINDADE, J. R. B. Amazônia paraense: dois séculos de extrativismo e especialização primário-exportadora. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, v. 10, n. 2, p. 6–33, 2021.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. RJ: Record, 2000.

TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. Padrão de especialização primário-exportador e a dinâmica de dependência no período 1990-2010, na economia brasileira. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 1059-1092, mar. 2017.

**Trabalho vinculado ao Projeto de Pesquisa: Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET), coordenado pelo Profº Dr. José Raimundo Barreto Trindade, da Universidade Federal do Pará (UFPA).*